



RELIGIÃO
A LUTA PELO
PATRIMÔNIO AFRO

PERFIL
NATALIA SEDOVA:
PAIXÃO NA REVOLUÇÃO

COMPORTAMENTO
NA INTIMIDADE
DO POLIAMOR

caros amigos

A PRIMEIRA À ESQUERDA

ano XXI
Nº 247 / 2017
R\$ 13,50



ERA DOS APPS

FACILIDADES E SUBEMPREGO *HIGH TECH*



ENTREVISTA LADISLAU DOWBOR: O ESTRAGO DO CAPITAL

ALEXANDRE MATIAS • ARAY NABUCO • BERNARDO BORIS VARGAFTIG • CLAUDIUS • CYNARA MENEZES • FREI BETTO • GERSON KNISPEL • GILBERTO FELISBERTO VASCONCELLOS • GUILHERME NOVELLI • GUTO LACAZ • HENRIQUE CANARY • JOÃO BATISTA CESAR • JOÃO PEDRO STEDILE • JOSÉ ARBEX JR. • LENA AZEVEDO • LILIAN PRIMI • LÚCIA RODRIGUES • LUIZ GÊ • MARCOS BAGNO • MC LEONARDO • NINA FIDELES • PATRÍCIA GATTO • PAULO CÉSAR DE CARVALHO • REINALDO ITURRIZA LÓPEZ

CAPA

BICO

HIGH TECH



IMAGEM: FIXABAY

Ao mesmo tempo em que facilitam a vida, os apps redesenham as relações do trabalho, criam massa de nanoempreendedores e trazem novos desafios

por Lilian Primi

A MAIOR CAPACIDADE de armazenamento dos chips, somada à busca inteligente por meio de algoritmos e à popularização de computadores — sejam eles PCs, *tablets* ou celulares — está impulsionando um salto na humanidade, para alguns autores semelhante ao que demos quando deixamos de ser caçadores e nos tornamos agricultores. A ideia é que a intensa experimentação no uso dessas ferramentas está criando um novo sistema econômico, o da “economia da partilha na comunidade dos bens comuns colaborativos”, segundo escreve um desses autores, Jeremy Rifkin, na abertura de *A Sociedade do Custo Marginal Zero*. Que irá superar, finalmente, o capitalismo. “A meu ver não é uma quarta revolução, é uma evolução para a economia do conhecimento (que substituirá a economia capitalista), em que a mudança técnica é tão profunda, que evoluímos para uma mudança nas relações de

produção”, diz Ladislau Dowbor, economista e professor de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), representante no Brasil dessa teoria (*leia entrevista com Dowbor, na página 16*).

Ladislau explica que a chamada “economia imaterial” muda as regras do jogo porque é baseada no conhecimento, o principal fator de produção atualmente. A importância dessa mudança está no fato de que o conhecimento, como fator de produção, não é escasso. Depois de cobrir o custo para se chegar àquele conhecimento, ele pode ser passado adiante infinitamente, sem custo algum. “Isso muda tudo porque a economia (*capitalista*) está baseada na cobertura de bem escasso. No século passado a economia estava baseada no bem físico: tenho um relógio e se te passo esse relógio, deixo de tê-lo. Já a ideia (*ou o conhecimento*), se te passo, continuo com ela. Isso é bem compartilhado. Esse é o

ponto básico que desloca a visão que a gente tem sobre a economia e todo o processo colaborativo. Isso está gerando uma explosão”, diz o economista.

Essa explosão é resultado da experimentação. Segundo Ladislau, muita gente está trabalhando em casa e criando redes de todo jeito. Se a maioria destaca que mais da metade da população está desconectada — e portanto marginalizada —, o professor prefere dizer que quase metade da população do planeta (45%) tem um celular no bolso. “Nos próximos poucos anos todos estarão conectados e poderão acessar qualquer empresa em qualquer país diretamente e sem custo. O oligopólio telefônico é uma sem vergonhice, vai acabar, porque não há custo algum em ligações virtuais”, garante. Ladislau continua listando experiências interessantes e positivas de aplicação dessa tecnologia, segundo ele muito bem sistematizadas por outro

autor, Arun Sundararajan, em *The Sharing Economy (A Economia Compartilhada)*. “O pequeno agricultor do Quênia consegue evitar o atravessador na compra de insumos e na venda de sua produção. Se moro na Capela do Socorro, posso combinar carona com quem também mora lá”, diz.

O levantamento de Arun encontrou desde redes quase banais, como de mulheres que se reúnem para comprar peças de roupas e acessórios de grife e depois, se revezam para usá-las; até outras bem mais relevantes, como a de laboratórios que pesquisam código genético, em que pesquisadores do mundo todo abrem seus resultados na rede. “Todos trabalham na ponta, ninguém está reinventando a roda. As pesquisas tornam-se muito mais produtivas. A partir daí, os procedimentos médicos, por exemplo, também serão muito mais produtivos”, explica Ladislau. E baratos. Ou ainda, aplicativos de ação social e política, como as redes dedicadas a fazer pressão e influir em eleições.

A reportagem encontrou também experiências perturbadoras, que criam uma espécie de paradoxo ético. O psicólogo judiciário Carlos Nakamura, que trabalha no Tribunal de Justiça da comarca de Américo Brasileiro há sete anos, publicou em sua página do Facebook um texto questionando o uso das mídias sociais para buscar famílias interessadas em adotar crianças com perfis considerados “difíceis”, como aquelas que passaram dos cinco anos, ou pertencem a um grupo de irmãos que não podem ser separados ou ainda, que apresentem algum problema de saúde. Uma das tarefas de Carlos é procurar, no cadastro de pessoas interessadas em adotar, famílias substitutas para crianças que perderam ou foram afastadas de suas famílias biológicas, um procedimento autorizado a partir de um programa chamado Busca Ativa. “É muito polêmico. Um dos problemas do meu *post*, que retirei de tanto que fui massacrado depois de uma onda de críticas, é que falei de um modo geral sobre um processo que está ocorrendo de formas muito variadas. Além disso, para muitas pessoas o que importa é agilizar o processo e conseguir realizar a adoção”, conta.

A forma de implantação da busca ativa por famílias depende do entendimento do juiz,

“A MEU VER NÃO É UMA QUARTA REVOLUÇÃO, É UMA EVOLUÇÃO PARA A ECONOMIA DO CONHECIMENTO”

ainda que tenham um eixo comum. “Esse eixo é a proposta de agilização, que alguns dão nome de campanha, estímulo. O problema para mim é que para isso, alguns usam artifícios que extrapolam o cadastro de adoção”, explica. Por exemplo, o Facebook: usado em algumas comarcas para divulgar dados básicos e iniciais dessas crianças. “Alguns colocam fotos e vídeos, às vezes é o próprio adolescente falando sobre si mesmo, ou alguém falando por ele quando há alguma limitação de saúde”, conta o psicólogo. O problema de buscar fora do cadastro de adoção é que atinge pessoas que jamais pensaram ou tiveram um projeto de serem pais, ou mesmo se estão entre os que planejam fazer isso, podem ser “convencidos” a alterar o perfil desejado. “Não sou eu quem diz. Todos os estudos que conheço alertam que a decisão de adotar um filho não pode ser tomada no calor da emoção. Deve ser uma decisão racional. Tenho tido notícias de que estão havendo casos de devoluções nestes processos, o que piora muito a situação da criança”, argumenta.

Carlos lembra ainda que, quando a criança participa ativamente dessa busca — por meio dos vídeos, fotos ou textos de apresentação — ela fica implicada, o que pode aumentar a frustração quando os resultados não chegam. “Tem um caso de um juiz que fez parcerias com dois times de futebol e leva as crianças para serem apresentadas para a torcida”, conta, indicando mais uma vez que não é a tecnologia que é disruptiva, mas a forma como

ela é aplicada. Há um aplicativo específico em construção no Rio Grande do Sul.

Arun, o teórico da economia compartilhada, se formou engenheiro elétrico na Índia, no Instituto Indiano de Tecnologia Madras, mas hoje vive nos Estados Unidos e dá aulas e faz pesquisa na Universidade de Nova Iorque. Voltado para o estudo da transformação dos negócios e da sociedade pelas tecnologias da informação, divide as plataformas ou “aplicativos”, como são chamadas as empresas *on-line* da economia compartilhada, em três grupos diferentes. Empresas como AirBNB, Etsy, e BlaBlaCar; plataformas de trabalho como Upwork e Thumbtack, de alimentação como VizEat e Eatwith, de turismo como o Vayable, formam o primeiro grupo e atuam como facilitadoras de um empreendimento. Aplicativos de transporte, como Lyft e Uber, estão no meio do caminho entre esse mercado facilitador e o que ele chama de “hierarquias que empregam contratantes”, plataformas centradas em serviços ou trabalho como Luxe, Postmates e Universal Avenue.

No Brasil as mais visíveis estão na área do transporte de pessoas, principalmente a Uber, mas Ladislau chama a atenção para outras experiências, como os blogs e os *streams* de música, que servem como vitrine para profissionais que até aqui tinham como base de sua renda o direito autoral. “Direito autoral é coisa do século passado. Hoje o músico, por exemplo, descobriu que se deixar a sua música aberta na internet não perde, ao contrário, pois terá mais contratos para shows”, explica. Atualmente, as produtoras de shows costumam usar a quantidade de cliques e compartilhamentos em publicações do músico ou da banda como critério de contratação. “Sou professor, meu trabalho é imaterial. Eu deixo tudo na rede e milhões de pessoas podem ler. Isso rende muitos convites para palestras, que são pagas”, explica.

Da fantasia ao pesadelo

Além de muito diferentes, em todas essas experiências há uma mudança radical também nas relações de trabalho, um campo em que nada está claro. As novas formas de trabalho oferecidas pelas empresas de aplicativo criam, para alguns analistas, novas categorias de trabalhadores, que não são al-

cançadas pela justiça trabalhista, dedicada a equilibrar as forças que atuam nos mercados e a proteger os seus atores. Guiadas pela ideia neoliberal de lucro incessante a qualquer custo, essas empresas aproveitam o vácuo normativo e criam suas próprias regras, estabelecendo relações definidas como uma nova forma de trabalho análogo à escravidão pela socióloga Ludmila Costhek Abílio, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) do Instituto de Economia da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)**. “Vemos uma tendência de crescimento do mercado de trabalho para profissionais autônomos. Esses aplicativos conseguem organizar esse mercado. Estimulam a atomização: cada trabalhador será um nanoempreendedor de si mesmo. Os aplicativos conseguem organizar e também controlar o trabalho dessa multidão. Não é só uma mediação”, explica a socióloga.

Na McKinsey Company, uma consultoria de tecnologia autora da maior parte dos levantamentos de dados ligados a Tecnologia da Informação (TI), a categoria “autônomos”, é chamada “trabalhadores independentes” e segundo suas pesquisas, esse pessoal cada vez mais se submete aos aplicativos. “Os trabalhadores independentes estão cada vez mais escolhendo oferecer seus serviços em plataformas digitais incluindo Upwork, Uber e Etsy e, neste processo, desafiam ideias convencionais sobre como e onde o trabalho é realizado. Para formuladores de políticas, líderes empresariais e também para os trabalhadores, essas mudanças criam uma incerteza considerável, ao lado dos benefícios potenciais”, escreve o diretor James Manika em uma nota técnica que reúne dados de pesquisas e levantamentos que podem ajudar a esclarecer o quadro.

O primeiro dado relevante é o desemprego e subemprego elevados. São 285 milhões de desempregados nos Estados Unidos e nos quinze países nucleares da União Europeia (UE-15), que formariam essa multidão de “autônomos” ou “independentes”, como querem os técnicos da consultoria. Se somar o exército de adultos em idade produtiva desempregados com os subempregados no mundo, segundo a compilação da McKinsey, chega-se a um índice de 30% a 45% da população global.

“ESSAS MUDANÇAS CRIAM UMA INCERTEZA CONSIDERÁVEL, AO LADO DOS BENEFÍCIOS POTENCIAIS”

O que representa cerca de 850 milhões de pessoas apenas nos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Japão, Brasil, China e Índia.

O segundo fato que chama a atenção é a estagnação ou queda da renda. “Nos Estados Unidos, Europa Ocidental e nas economias avançadas, a renda das famílias — de salários e capital — estagnou ou caiu em cerca de dois terços de 2014 para 2015, um período marcado por profunda recessão e recuperação lenta após a crise financeira de 2008. Essa é a primeira vez que os rendimentos pararam de avançar em tal escala desde a era da estagnação da década de 1970, e pode ajudar a revogar a oposição popular à globalização”, acredita o autor. O nó, porém, está para além da recessão. O autor diz, em seguida, que a razão está também numa diminuição da parcela do salário na composição da renda das famílias. Essa participação do salário “caiu em economias avançadas apesar do aumento da produtividade, sugerindo uma dissociação entre produtividade e rendimentos”, afirma. Os autores calculam que as tecnologias de automação já implantadas podem afetar 50% da economia mundial, ou 1,2 bilhão de empregados e US\$ 14,6 trilhões de salários (cerca de R\$ 46 trilhões), metade disso concentrado em quatro países: China, Índia, Japão e Estados Unidos.

O exemplo mais evidente atualmente é a Uber, que acabou no centro das polêmi-

cas sobre as relações de trabalho depois de se espalhar rapidamente pelo mundo e, na mesma medida, tornar-se alvo de vários processos judiciais, a maioria trabalhista, e protestos de taxistas tradicionais. No último mês acabou proibida de operar em Londres, Inglaterra. “Essa proibição também é ruim, porque ela já existia ali, empregando muita gente. Acaba criando uma crise social”, diz Ludmila, autora do livro *Sem Maquiagem: o Trabalho de um Milhão de Revendedoras de Cosméticos*, publicado pela Boitempo. No início deste mês de outubro, o novo CEO da Uber pediu desculpas pelos erros e se sentou com os agentes da prefeitura londrina para negociar a renovação mediante correções. Nos Estados Unidos algumas ações também resultaram em ajustes e aqui no Brasil, na criação, em novembro de 2016, de um grupo de estudos na Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret), do Ministério Público do Trabalho, o GT Uber, que produziu um relatório para embasar as decisões de procuradores e juizes que devem analisar processos envolvendo empresas compartilhadas. O MPT também abriu um inquérito para investigá-las e julgar se há ou não vínculo funcional. Envolve várias outras plataformas e ainda está em curso.

Posicionados no outro lado da corrente, os onze procuradores do GT Uber escolheram o termo “economia do bico” entre todas as demais — economia colaborativa, de compartilhamento, *on-demand*, *crowdwork*, *crowdsourcing*, economia-Uber — para se referirem ao setor, e também fizeram uma compilação dos dados já disponíveis, porém para descobrir quantos são e quem são os trabalhadores dessas empresas. Concluem que a economia do bico já envolve milhões de pessoas e pode ter forte poder financeiro. A Uber, por exemplo, é uma das gigantes do ramo, com valor estimado em US\$ 50 bilhões (cerca de R\$ 158 bi) segundo estudo da McKinsey & Company. A AirBNB, um aplicativo de hospedagem que também tem provocado muitas polêmicas e conflitos, é avaliada neste estudo em US\$ 25 bilhões. Estimativas feitas por técnicos da consultoria PricewaterhouseCoopers (PWC), considerando as cinco principais atividades da economia do bico (turismo, transporte, ser-

viços pessoais, finanças e transmissão de áudio e vídeo), mostram que o faturamento global dessas empresas, hoje de US\$ 15 bilhões por ano (cerca de R\$ 47,7 bi), pode chegar a US\$ 335 bilhões em 2025 (cerca de R\$ 1 trilhão). Os autores ressaltam que o índice adicionado ao PIB dos países pela economia do bico ainda não foi calculado, exceto na Suíça onde foi estimado entre 0,1% a 0,95%.

Os números citados no relatório do GT Uber vieram de um levantamento feito por Rebecca Smith e Sarah Leberstein nas principais empresas e encontrou 8 milhões de trabalhadores vinculados ao Crowdsource, 6,6 milhões ao Care.com, 5 milhões ao Crowdfunder, 700 mil ao Clickworker, 500 mil ao Amazon Mechanical Turk e 160 mil à Uber. Todas essas plataformas e aplicativos operam internacionalmente. O Índice “Online Labour”, da Universidade de Oxford, na Inglaterra, registra um aumento de 14% no número de trabalhadores desempenhando atividades na economia do bico entre maio e setembro de 2016 no Reino Unido; 7,5% na Europa e 6% nos Estados Unidos. No Brasil, a Uber teria 10 mil motoristas rodando em novembro de 2016, com projeção, segundo a gerência local, de que aumentaria para 60 mil até o fim deste 2017. No total, segundo a Prefeitura, São Paulo tem mais de 50 mil motoristas que atuam por meio de aplicativos de

transporte (além da Uber, Cabify, Easy e 99).

Em um documento preparado para a Comissão do Mercado Interno e de Proteção dos Consumidores do Parlamento Europeu, Arun diz que a economia colaborativa está criando uma nova força de trabalho em vários países, transferindo mão de obra de tempo integral para trabalho independente. Ele propõe o termo “capitalismo baseado em multidões” para definir as mudanças que ocorrem no mercado e estima que desde 2016, um em cada três trabalhadores em muitos países europeus obtém toda ou parte de sua renda com trabalho *freelancer* (ou não emprego). Ludmila prefere o termo “trabalhador amador”. “Esse trabalho está acontecendo na internet de várias formas: desde aquele garoto que faz um vídeo e posta no YouTube até o motorista da Uber; são pessoas que estão trabalhando, geram lucro, o trabalho delas é apropriado, só que elas não têm uma identidade profissional bem estabelecida. O motorista da Uber pode ser um engenheiro desempregado, ou qualquer outro profissional fazendo um bico, por exemplo. Ou pode ser alguém que só dirige para a Uber”, explica. No âmbito coletivo, o motorista da Uber pode estar servindo a um estado de transição, desempenhando uma atividade que futuramente deixará de existir porque será feita por um robô. A própria Uber tem testado

frota de carros automáticos em Pittsburgh, nos Estados Unidos.

Ludmila diz que essa questão sobre o que são realmente esses postos de trabalho, é a primeira que deve ser enfrentada. “As vagas de motorista da Uber, por exemplo, ou motorboys por aplicativo. São um resíduo de algo que ainda vai se transformar, são as margens? Eles vão sumir com a automação? Existem várias formas de ver isso. O que se pode olhar hoje é que se trata de uma multidão de trabalhadores que transitam entre ser desempregados ou ter ocupações de baixo rendimento e baixa qualificação e que estão se tornando uma fonte muito produtiva. A realidade é que temos uma multidão de trabalhadores à margem, que enfrentam uma nova forma de subordinação, via aplicativos”, afirma.

No relatório do MPT o que aparece como característica comum em todos os aplicativos é o controle exercido pelas empresas sobre os trabalhadores, processos de avaliação pouco transparentes e a possibilidade de a empresa desligar o trabalhador de forma unilateral. “Não dá para falar que é só uma mediação. Começa que ela (*a empresa*) define o quanto a pessoa vai ganhar. O aplicativo também estabelece os critérios de avaliação que irão definir um monte de coisas depois”, explica a socióloga. A Uber, por exemplo, combina a avaliação dos clientes — que conferem

Vigilância e manipulação

O relatório do MPT mostra como funcionam dois dos principais aplicativos: Amazon Mechanical Turk (MTurk): a mais conhecida plataforma de *crowdwork*, oferece aproximadamente 3 mil tarefas “de inteligência humana” por meio do gerenciamento de um cadastro *on-line* de solicitantes, que apresentam a tarefa acompanhada do preço a ser pago por ela, e fornecedores, classificados como contratados independentes. “As diferenças entre solicitantes e fornecedores é grande, uma vez que somente os primeiros estabelecem as condições de contratação, podem recusar os serviços prestados e avaliam as tarefas feitas”, concluem os promotores. É a avaliação dos solicitantes que irá determinar as futuras contratações dos fornecedores, que pode ter a conta fechada de forma unilateral pela Amazon.

A Uber usa um sistema de monitoramento eletrônico *full time* para encontrar o motorista mais próximo do cliente. O aplicativo também gerencia a variação do preço do quilômetro rodado e a programação de trabalho, e combina a análise em tempo real, com a feita de forma

prévia e a avaliação dos motoristas pelos clientes. “A constante vigilância promovida pela empresa produz assimetrias de informações entre os motoristas e a Uber, que acessa e controla uma grande quantidade de informações das experiências dos trabalhadores. O aplicativo estimula os motoristas a aceitarem todas as corridas e a permanecerem o maior tempo possível trabalhando. Trata-se de uma forma de manter o atendimento aos clientes o mais amplo possível”, explicam os promotores. Aqui também o motorista pode ser desligado do aplicativo de forma unilateral pela Uber se tiver comportamentos indesejados ou fora de determinados padrões, como rejeitar viagens não rentáveis, ser mal avaliado pelos clientes ou ser pouco ativo. O monitoramento do motorista continua mesmo quando não está em uma corrida, colhendo dados de oferta e demanda que alimentam o algoritmo, que fixa o preço das viagens. Usa os celulares para “identificar o comportamento dos trabalhadores e, nos casos em que entender necessário, tentar influenciar suas condutas”.

“QUE SOB UMA CAPA DE TECNOLOGIA, VEM DESTRUIR, DESORGANIZAR, DEGOLAR E BAGUNÇAR UM MERCADO DE TRABALHO ORGANIZADO. ESSA É A NOSSA PREOCUPAÇÃO”

diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Júlio Turra.

Para o procurador é prematuro fazer qualquer *link* das atividades das empresas de aplicativos com sociedade de informação. “Porque as pessoas trabalham realmente, vivem realmente e têm necessidades materiais e realmente não existe almoço grátis”, afirma. E lembra que a ideia de bem imaterial é muito criticada porque até mesmo a informação é matéria. “Está fixa em algum lugar, e tem alguém que é proprietário disso e processa isso. Não é por acaso que hoje as maiores empresas são detentoras de grandes unidades de armazenamento e processamento de dados, porque os dados são físicos e necessitam de armazenamento físico. Essa história de que informação é livre não me convence”, diz. Rodrigo só considera viável a economia do conhecimento se houvesse um único modelo organizativo no mundo. “Dois modelos funcionando ao mesmo tempo é um problema. Por isso que as cooperativas não funcionam; na lógica capitalista elas se despedaçam por si só”, explica.

Rodrigo ressalta o caráter revolucionário dessas ideias, de que o custo da informação vai baixar e ela poderá ser distribuída livremente entre as pessoas, mas contrapõe com o perfil das atuais dez maiores empresas do mundo, em que as primeiras posições são das empresas de processamento de dados, como Google e Amazon, que se utilizam de servidores gigantes, instalados em prédios gigantes, que demandam muito capital, muito espaço físico e energia. “O conceito de nuvem é muito doido,

porque as pessoas pensam que está no ar, mas não, está em um servidor, que consome muita energia e custa muito dinheiro. Quem está fazendo isso não vai dar nada de graça”, argumenta o procurador. “A Rússia e a China têm os seus próprios servidores. Não têm WhatsApp na Rússia, lá é o Telegram. Porque esse será o centro do poder. E nada disso é revolucionário, é uma disputa de poder. Nos Estados Unidos são as empresas que controlam”, continua.

Nanos, porém poderosos

As reações dos trabalhadores envolvidos com os aplicativos também se beneficiam da tecnologia, que aqui também irá provocar contradições. “Ao mesmo tempo que tem uma multidão de trabalhadores atomizados, nanoempreendedores de si; com grande dificuldade de pensar numa forma clássica de organização, tem um poder nas mãos que uma hora aparece: se todos se unem, são uma multidão. A greve de motoboys parou a cidade (*de São Paulo*)”, lembra Ludmila, referindo-se à paralisação realizada pelos trabalhadores da Loggi entre os dias 16 e 18 de novembro de 2016, com apoio do Sindicato dos Motofretistas em São Paulo, a primeira greve em uma empresa de aplicativo no Brasil. “Na Inglaterra eles estão mais organizados. Teve a greve da Deliveroo e UberEats, super-organizada. Eles conseguiram alguma melhora”, conta Ludmila. Os motoristas da Uber têm organizado greves com frequência em vários países, dos Estados Unidos ao Quênia e os da Indonésia tentam coordenar um protesto mundial. “Isso não é difícil porque eles também estão na rede, não estão tão atomizados como se imagina”, avalia a socióloga, para quem a possibilidade de organização não é pequena. “Tem milhares de trabalhadores empregados em uma empresa só. Vamos começar a ver também os sindicatos, com o tempo, se adequando nessas novas formas. O que virá daí, a gente não sabe”, conclui.

O professor Ladislau diz que todo esse quadro de caos e perdas faz parte do processo de evolução. “Como foi na revolução industrial. Também na época foi preciso ajustar as regras e houveram disputas”, diz. É a luta dura mais uma vez. **C**

Lilian Primi é jornalista.

de uma a cinco estrelinhas ao motorista no fim da viagem — com a atividade do motorista, de forma que apenas a boa avaliação dos clientes não basta. “Os mais bem avaliados e mais ativos ganham as melhores corridas. Tem uma série de critérios que ninguém sabe muito bem”, diz Ludmila.

Os procuradores comparam essas regras às que norteavam a relação no interior dos feudos entre o nobre e seus vassallos, chamando a que se dá nas empresas de aplicativos de “aliança neofeudal, na qual chama os trabalhadores de ‘parceiros’. Por ela, concede-se certa liberdade aos trabalhadores, como ‘você decide a hora e quanto vai trabalhar’, que é imediatamente negada pelo dever de aliança e de cumprimento dos objetivos traçados na programação, que é realizada de forma unilateral pelas empresas”. E tornam inverossímil o pressuposto que Arun faz no documento do Parlamento Europeu de que essa fronteira desfocada entre o pessoal e o comercial proposta nestas regras aumenta a importância de fatores sociais, mostrando a forma como, em economias compartilhadas, o lucro pode ser melhor distribuído entre os atores, reduzindo a desigualdade econômica.

Na vida real

O procurador Rodrigo Carelli, do MPT do Rio de Janeiro e um dos integrantes do GT Uber, diz que a preocupação do MPT é com a utilização de plataformas tecnológicas por empresas para fraudar e fragmentar na hora de disputar mercado com outras empresas que têm regulamentação. “Que sob uma capa de tecnologia, vem destruir, desorganizar, degolar e bagunçar um mercado de trabalho organizado. Essa é a nossa preocupação”, diz o procurador, que inverte o raciocínio do senso comum a respeito da destruição dos postos de trabalho. “Se as tecnologias reduzirem os postos de trabalho, poderemos então implementar o que se promete há centenas de anos, pelo menos 150 anos, que é a redução da jornada. Só que hoje acontece o contrário, as pessoas produzem cada vez mais e em menos tempo. Porque é a máquina quem está ditando o ritmo”, afirma. “Do ponto de vista universal, com o grau de tecnologia que a humanidade alcançou, poderíamos reduzir a jornada semanal de trabalho a 2 horas”, diz o